

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	9
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
Notas Explicativas	37

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Negativa de Opinião	60
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	62
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	63

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	30.357.847.596
Preferenciais	0
Total	30.357.847.596
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	2.388.973	2.184.501	1.998.674
1.01	Ativo Circulante	182.948	123.672	81.819
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	141.461	83.945	48.540
1.01.03	Contas a Receber	33.074	28.713	26.098
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	33.074	28.713	26.098
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.419	2.483	707
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.419	2.483	707
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.976	1.611	1.134
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.018	6.920	5.340
1.01.08.03	Outros	3.018	6.920	5.340
1.02	Ativo Não Circulante	2.206.025	2.060.829	1.916.855
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	780.314	660.446	560.010
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	64.241	61.449	57.382
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	64.241	61.449	57.382
1.02.01.07	Tributos Diferidos	652.578	539.037	454.739
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	652.578	539.037	454.739
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	63.495	59.960	47.889
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	58.336	55.101	40.220
1.02.01.10.05	Outros Ativos Não Circulantes	5.159	4.859	7.669
1.02.03	Imobilizado	8.194	8.914	7.099
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.194	8.914	7.099
1.02.04	Intangível	1.417.517	1.391.469	1.349.746
1.02.04.01	Intangíveis	1.417.517	1.391.469	1.349.746
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.417.517	1.391.469	1.349.746

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	2.388.973	2.184.501	1.998.674
2.01	Passivo Circulante	2.701.386	2.446.882	2.127.275
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.560	4.012	3.658
2.01.01.01	Obrigações Sociais	970	787	768
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3.590	3.225	2.890
2.01.02	Fornecedores	33.502	28.997	22.980
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	33.502	28.997	22.980
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.582	3.961	3.390
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.445	2.063	1.739
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	2.445	2.063	1.739
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.137	1.898	1.651
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.545.117	2.244.691	1.952.298
2.01.04.02	Debêntures	2.545.117	2.244.691	1.952.298
2.01.05	Outras Obrigações	2.592	2.510	2.231
2.01.05.02	Outros	2.592	2.510	2.231
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	499	465	399
2.01.05.02.05	Outros Passivos	2.093	2.045	1.832
2.01.06	Provisões	111.033	162.711	142.718
2.01.06.02	Outras Provisões	111.033	162.711	142.718
2.01.06.02.05	Provisões para Manutenção em Rodovias	111.033	162.711	142.718
2.02	Passivo Não Circulante	670.134	498.375	467.395
2.02.02	Outras Obrigações	220.942	185.972	157.081
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	220.524	185.326	156.206
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	220.524	185.326	156.206
2.02.02.02	Outros	418	646	875
2.02.02.02.03	Outros Passivos	418	646	875
2.02.04	Provisões	449.192	312.403	310.314
2.02.04.02	Outras Provisões	449.192	312.403	310.314

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.02.04.02.04	Provisão para Demandas Judiciais	288.223	263.522	248.606
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	9.284	8.874	8.389
2.02.04.02.06	Provisões para Manutenção em Rodovias	151.685	40.007	53.319
2.03	Patrimônio Líquido	-982.547	-760.756	-595.996
2.03.01	Capital Social Realizado	303.578	303.578	303.578
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.286.125	-1.064.334	-899.574

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	432.387	403.721	337.538
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-427.598	-319.578	-306.988
3.03	Resultado Bruto	4.789	84.143	30.550
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-45.693	-34.322	-84.651
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-20.144	-16.691	-16.926
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-17.833	-14.541	-14.945
3.04.02.02	Honorários da Administração	-2.311	-2.150	-1.981
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-25.549	-17.631	-67.725
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-40.904	49.821	-54.101
3.06	Resultado Financeiro	-294.428	-298.881	-332.815
3.06.01	Receitas Financeiras	39.225	23.250	17.944
3.06.02	Despesas Financeiras	-333.653	-322.131	-350.759
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-335.332	-249.060	-386.916
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	113.541	84.298	131.442
3.08.02	Diferido	113.541	84.298	131.442
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-221.791	-164.762	-255.474
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-221.791	-164.762	-255.474
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,00731	-0,00543	-0,00842

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	-221.791	-164.762	-255.474
4.03	Resultado Abrangente do Período	-221.791	-164.762	-255.474

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	126.402	121.883	60.791
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	201.957	189.063	144.044
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-221.791	-164.762	-255.474
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-113.541	-84.298	-131.442
6.01.01.03	Depreciação e amortização	64.218	64.129	50.224
6.01.01.04	Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	-14.415	1.041	-9.416
6.01.01.05	Variação monetária sobre provisão para investimentos	410	484	766
6.01.01.07	Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	284.599	274.049	310.485
6.01.01.08	Rendimentos de aplicações financeiras	-7.625	-6.956	-2.585
6.01.01.10	Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	0	43	41
6.01.01.11	Juros sobre mútuos com partes relacionadas	35.198	29.119	14.915
6.01.01.12	Provisões para demandas judiciais	24.701	14.916	79.064
6.01.01.13	Provisões para manutenção em rodovias	150.203	61.247	87.452
6.01.01.14	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	0	51	14
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-75.555	-67.180	-83.253
6.01.02.01	Contas a Receber	-4.362	-2.665	-4.986
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	-365	-477	-146
6.01.02.03	Outros Ativos	3.602	1.231	-8.989
6.01.02.04	Fornecedores e Prestadores de Serviços	4.505	6.017	6.578
6.01.02.05	Credor pela Concessão - Ônus Variável	35	66	56
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	621	571	538
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	548	354	309
6.01.02.08	Provisão para manutenção - pagamento	-75.788	-55.607	-74.687
6.01.02.09	Provisão para demandas judiciais - pagamentos	-3.235	-14.881	-1.510
6.01.02.10	Outros Passivos	-180	-13	-55
6.01.02.11	Tributos a Recuperar	-936	-1.776	-361
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-68.886	-86.478	-62.887
6.02.01	Investimentos no ativo imobilizado	-928	-3.147	-652

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.02.02	Investimentos no ativo intangível	-72.792	-86.220	-69.162
6.02.05	Resgate de aplicações financeiras	4.834	2.889	6.927
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	57.516	35.405	-2.096
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	83.945	48.540	50.636
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	141.461	83.945	48.540

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-1.064.334	0	-760.756
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-1.064.334	0	-760.756
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-221.791	0	-221.791
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-221.791	0	-221.791
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-1.286.125	0	-982.547

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-899.574	0	-595.996
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-899.574	0	-595.996
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-164.760	0	-164.760
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-164.762	0	-164.762
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2	0	2
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-1.064.334	0	-760.756

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-644.100	0	-340.522
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-644.100	0	-340.522
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-255.474	0	-255.474
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-255.474	0	-255.474
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-899.574	0	-595.996

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	480.947	451.030	383.347
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	363.793	319.321	263.449
7.01.02	Outras Receitas	117.154	131.709	119.898
7.01.02.01	Receita de Serviços de Construção	84.575	98.090	83.864
7.01.02.02	Receitas Acessórias	16.711	15.092	14.582
7.01.02.03	Outras Receitas	15.868	18.578	21.466
7.01.02.04	Reversão para crédito de liquidação duvidosa	0	-51	-14
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-386.640	-278.664	-343.216
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-295.510	-169.815	-254.050
7.02.04	Outros	-91.130	-108.849	-89.166
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-83.178	-96.362	-82.298
7.02.04.02	Custo da Concessão - Ônus Variável	-5.709	-5.021	-4.223
7.02.04.03	Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente	-2.243	-7.466	-2.645
7.03	Valor Adicionado Bruto	94.307	172.366	40.131
7.04	Retenções	-64.218	-64.129	-50.224
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-64.218	-64.129	-50.224
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	30.089	108.237	-10.093
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	39.225	23.250	17.944
7.06.02	Receitas Financeiras	39.225	23.250	17.944
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	69.314	131.487	7.851
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	69.314	131.487	7.851
7.08.01	Pessoal	34.236	28.612	26.115
7.08.01.01	Remuneração Direta	24.308	20.790	19.062
7.08.01.02	Benefícios	8.380	6.640	5.950
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.548	1.182	1.103
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-80.772	-55.454	-107.059
7.08.02.01	Federais	-99.454	-71.861	-120.714
7.08.02.03	Municipais	18.682	16.407	13.655

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	337.641	323.091	344.269
7.08.03.02	Aluguéis	2.017	1.579	1.597
7.08.03.03	Outras	335.624	321.512	342.672
7.08.03.03.01	Juros sobre mútuos com partes relacionadas	35.198	29.119	14.915
7.08.03.03.03	Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	300.426	292.393	327.757
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-221.791	-164.762	-255.474
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-221.791	-164.762	-255.474

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



2023

Divulgação de Resultados

www.rodoviasdotiete.com.br

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração - 31 de Dezembro 2023**

26 de março de 2024 - A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial – “Rodovias do Tietê”, que administra 415 km de rodovias e acessos no Estado de São Paulo, divulga seus resultados do exercício de 2023.

Apresentação dos Resultados

O relatório da administração e as informações financeiras anuais da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram elaboradas de acordo com as disposições legais do CPC 26—Demonstrações Contábeis emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos, na deliberação CVM (Comissão de Valores Mobiliários) nº 676 e de acordo com a Norma Internacional IAS—Presentation of Financial Statements.

Tópicos	Índice
Sobre a Concessão	Página 3
Destaques	Página 4
Sumário Executivo	Página 5
Tráfego de veículos e Eixos equivalentes	Página 6
Tráfego por praça	Página 7
Tarifas de pedágio	Página 8
Receitas	Página 9
Custos e Despesas operacionais	Página 10
EBITDA e Margem Ebtida	Página 11
Resultado Financeiro	Página 12
Debêntures	Página 13
Obras e Investimentos	Página 17
Responsabilidade Socioambiental	Página 18
Demonstrações Financeiras	Página 19
Relacionamento com o Auditor	Página 23

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

*Diretor Administrativo, Financeiro e de
Relações com Investidores / CFO*

Tel.: (11) 4602-7900

Fax: (11) 4602-8069

E-mail: ri@rodoviasdotiete.com.br

www.rodoviasdotiete.com.br/ri

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

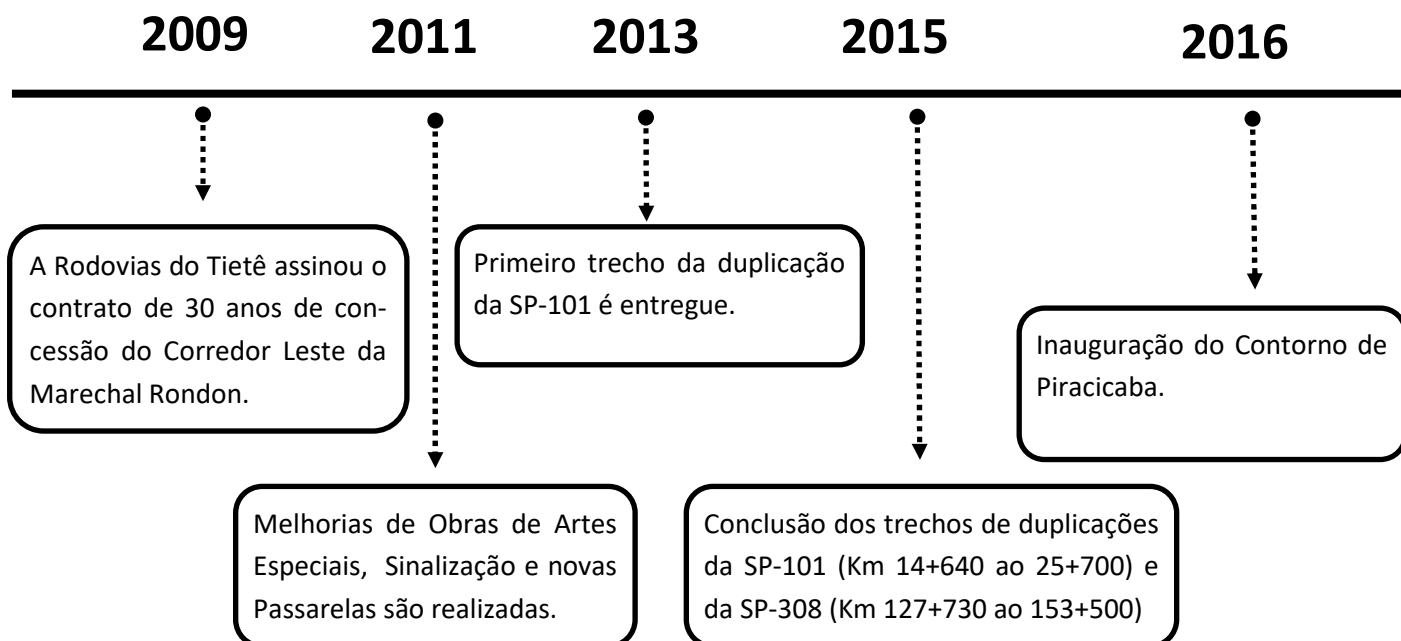


Sobre a Concessão

Em abril de 2009, a Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 2,4Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e o Contorno de Piracicaba, que contribuem com o desenvolvimento econômico da região e proporcionam mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Destaques:

Receita Operacional

✓ R\$ 347,8 milhões de receita líquida.



Tráfego

✓ Aumento de 7,83% no tráfego pedagiado e aumento de 6,37% no tráfego em eixos equivalentes.



Obras

- ✓ Complexo de Botucatu
- ✓ Implantação de Passarela
- ✓ Recapeamentos das Rodovias



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Sumário Executivo

Com o ambiente externo volátil e mostrando-se menos adverso, marcado pelo arrefecimento das taxas de juros de prazos mais longos os Estados Unidos e sinais incipientes de queda de núcleos de inflação. Os bancos centrais das principais economias permanecem determinados em promover a convergência das taxas de inflação para suas metas em um ambiente marcado por pressões nos mercados de trabalho.

No âmbito doméstico, o conjunto de indicadores recentes de atividade econômica segue consistente com o cenário de desaceleração da economia. A divulgação do PIB do terceiro trimestre confirmou a moderação de crescimento que estava antecipada, mas com resiliência no consumo das famílias. O mercado de trabalho segue aquecido, mas apresenta alguma moderação na margem.

A inflação ao consumidor segue a trajetória esperada de desinflação, com destaque para a sua composição benigna. Os indicadores que agregam os componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária se aproximaram da meta para a inflação nas divulgações mais recentes. As expectativas de inflação para 2023, 2024 e 2025 apuradas pela pesquisa Focus encontram-se em torno de 4,5%, 3,9% e 3,5%, respectivamente.

Vale ressaltar também que o IBGE apurou o índice oficial de inflação do país (IPCA) em 4,62% no acumulado nos últimos 12 meses.

No exercício de 2023 houve um aumento de 7,83% no tráfego de veículos, quando comparado ao ano anterior. Já o tráfego de veículos por eixos equivalentes apresentou um crescimento de 6,37%, quando comparado ao ano anterior.

As principais obras realizadas pela Concessionária foram : Recapeamento de rodovias, Implantação de passarela e Complexo de Botucatu.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Tráfego

No exercício de 2023 o volume de tráfego teve um aumento de 7,83% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio teve um aumento de 9,61%, enquanto comerciais leves teve um aumento de 1,81% e comerciais pesados um aumento de 4,26%.

>> Veículos

Tráfego em milhares de veículos	2023*	2022*	Variação
Passeio	21.145.299	19.291.222	9,61%
Comercial Leve	3.991.828	3.920.754	1,81%
Comercial Pesado	3.130.208	3.002.297	4,26%
Total	28.267.335	26.214.273	7,83%

*Volume acumulado do período de Janeiro à Dezembro.

No exercício de 2023 o volume de tráfego de eixos equivalentes teve um aumento 6,37% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio teve um aumento 9,72%, enquanto comerciais leves teve um aumento de 1,77% e comerciais pesados um aumento de 5,22%.

>> Eixos Equivalentes

Tráfego em milhares de veículos	2023*	2022*	Variação
Passeio	20.770.788	18.930.084	9,72%
Comercial Leve	9.562.816	9.396.856	1,77%
Comercial Pesado	18.618.495	17.694.465	5,22%
Total	48.952.099	46.021.405	6,37%

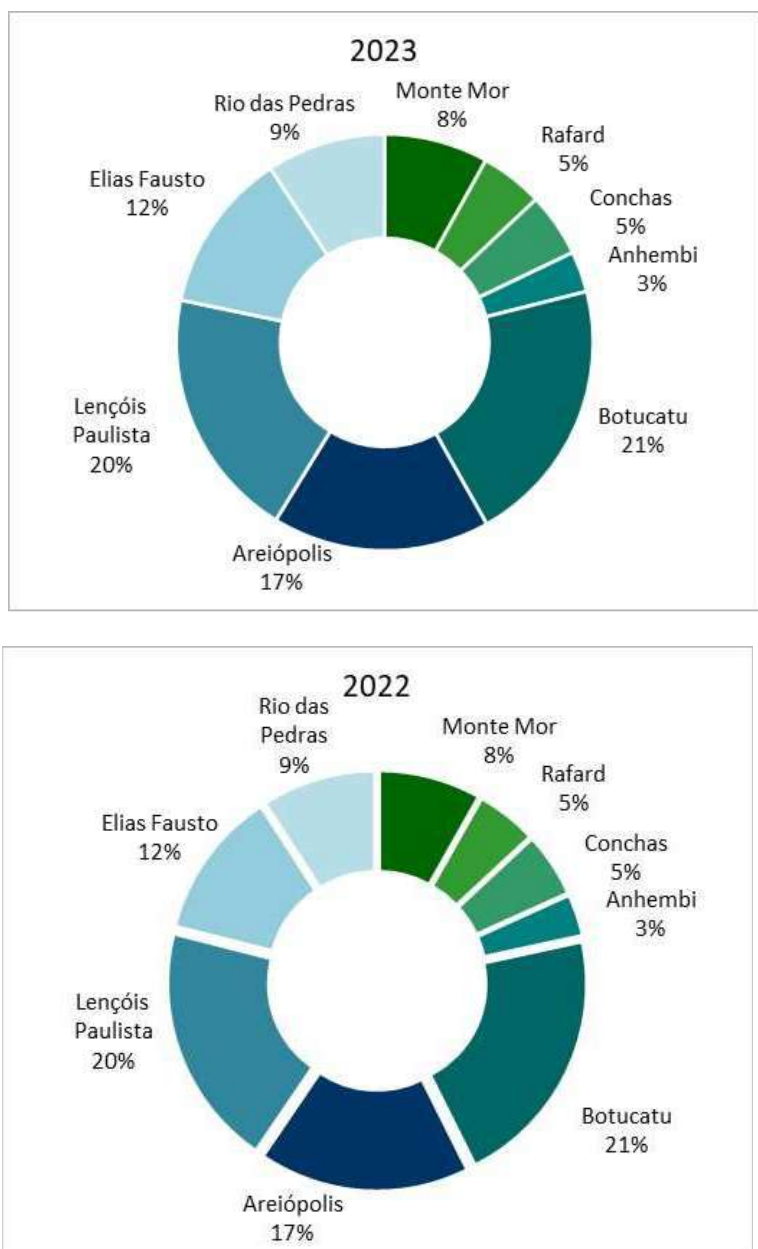
*Volume acumulado do período de Janeiro à Dezembro.



Tráfego

>> Tráfego por praça

O corredor de exportação localizado na SP-300 composto pelas praças de pedágio de Lençóis Paulista, Areiópolis e Botucatu, representa a maior parte da receita da companhia, cerca de 57% em eixos equivalentes. Já os corredores Municipal, Multisetorial e Industrial somados representam 43% da receita.



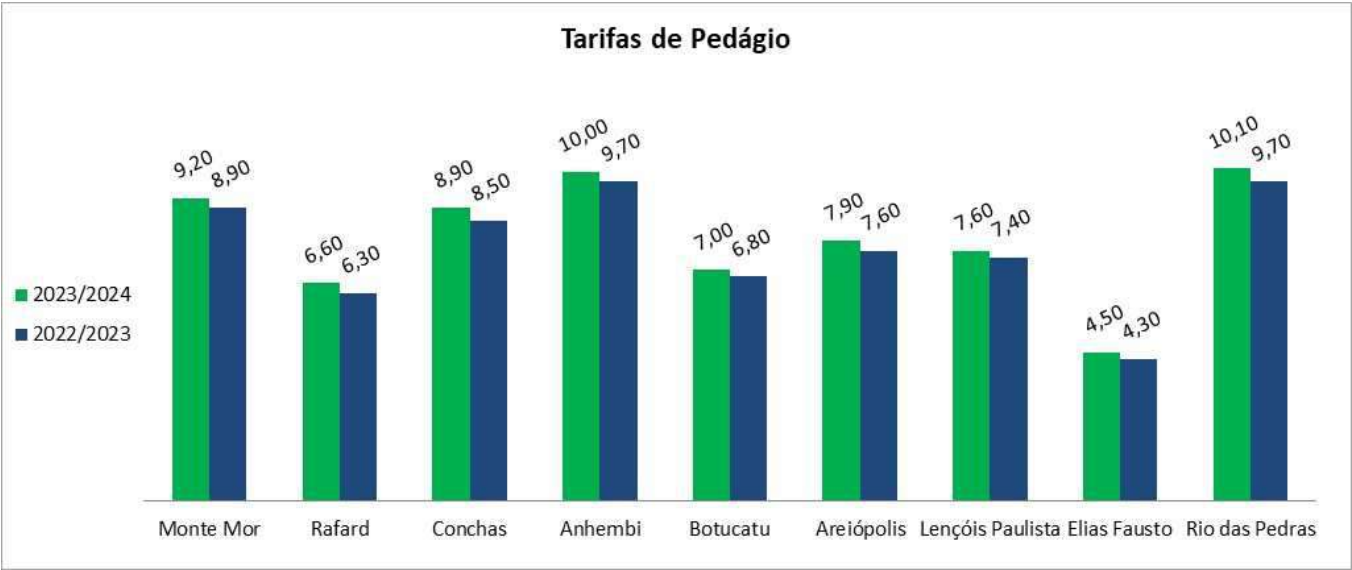


Tráfego

>> Tarifas de Pedágio

A tarifa média da Concessionária por eixo equivalente em 2023/2024 é de R\$ 7,98 contra R\$ 7,69 em 2022/2023.

Praça de pedágio	2023/2024	2022/2023
Monte Mor	9,20	8,90
Rafard	6,60	6,30
Conchas	8,90	8,50
Anhembi	10,00	9,70
Botucatu	7,00	6,80
Areiópolis	7,90	7,60
Lençóis Paulista	7,60	7,40
Elias Fausto	4,50	4,30
Rio das Pedras	10,10	9,70
Tarifa Média	7,98	7,69



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Receitas

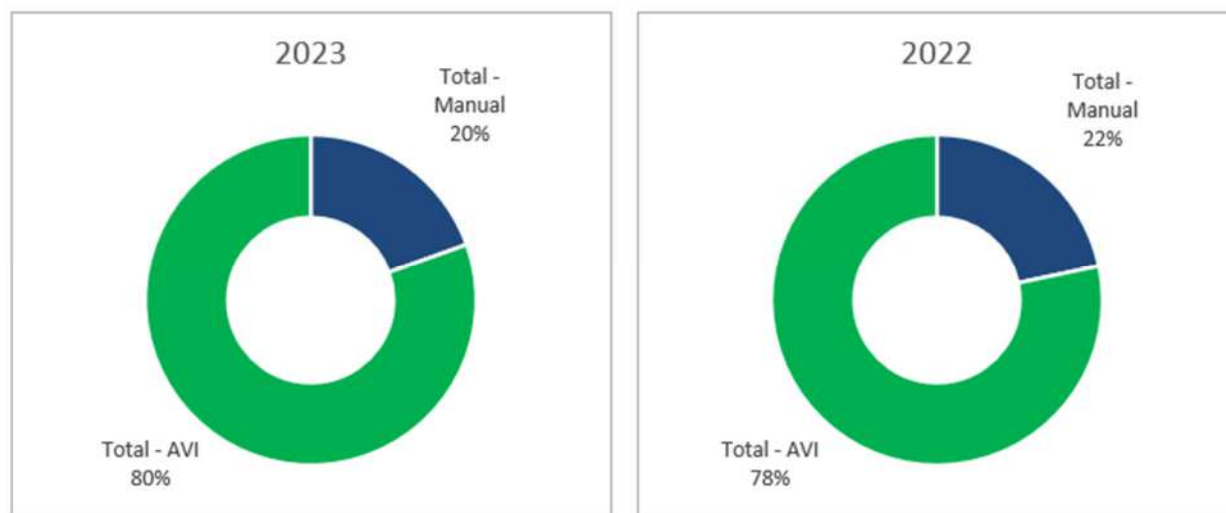
Receitas (em R\$ mil)	2023*	2022*	Variação
Receitas de Pedágio	363.793	319.321	13,93%
Receitas Acessórias	16.711	15.092	10,73%
Impostos sobre Receitas	(32.692)	(28.782)	13,58%
Receitas Operacionais	347.812	305.631	13,80%
Receitas de Construção	84.575	98.090	-13,78%
TOTAL	432.387	403.721	7,10%

*Volume acumulado período de Janeiro à Dezembro.

A Concessionária obteve no exercício de 2023, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 363.793 mil (R\$ 319.321 mil em 2022) e arrecadou R\$ 16.711 mil (R\$ 15.092 mil em 2022) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISSQN, PIS e COFINS totalizando R\$ 32.692 mil em 2023 (R\$ 28.782 mil em 2022).

Além disso, atendendo às Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no período em análise, R\$ 84.575 mil de receita de construção contra R\$ 98.090 mil no mesmo período de 2022 com contrapartida nos custos de construção.

>> Formas de Pagamento



*Volume acumulado período de Janeiro à Setembro.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais refletem gastos com pessoal, dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, serviços de terceiros, custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e as receitas acessórias e dispêndios com seguros e garantias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das novas práticas contábeis e que não geram efeito caixa.

Custos e Despesas Operacionais	2023*	2022*	Variação
Com Pessoal	(31.925)	(26.463)	20,64%
Honorários da Administração	(2.311)	(2.150)	7,49%
Manutenção e conservação	(87.895)	(61.249)	43,50%
Serviço de terceiros	(10.840)	(9.311)	16,42%
Ônus variável da concessão	(5.709)	(5.021)	13,70%
Seguros e Garantias	(3.166)	(2.380)	33,03%
Outras receitas e despesas	(9.145)	(7.863)	16,30%
Subtotal	(150.991)	(114.437)	31,94%
Custo de serviços de construção	(83.178)	(96.362)	-13,68%
Provisão para demandas judiciais	(24.701)	(17.725)	39,36%
Provisão para manutenção em rodovias	(150.203)	(61.247)	145,24%
Depreciação e amortização	(64.218)	(64.129)	0,14%
Total	(473.291)	(353.900)	33,74%

*Volume acumulado período de Janeiro à Dezembro.

No ano de 2023, houve um aumento de 33,74% nos custos e despesas operacionais que passaram de R\$ 353.900 mil em 2022 para R\$ 473.291 mil em 2023. As principais variações foram:

- ⇒ Manutenção e conservação: Reajuste nos contratos de prestação de serviços de conservação vegetal, guincho e pré-atendimento hospitalar;
- ⇒ Custo dos serviços de construção: Redução nas aquisições do ativo intangível;
- ⇒ Provisão para manutenção em rodovias: Revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que se iniciou no segundo trimestre de 2019;
- ⇒ Provisão para demandas judiciais: reversão de provisão de processos administrativos junto a AR-TESP; e
- ⇒ Depreciação e amortização: Aumento em função da revisão da taxa de amortização da curva de demanda de tráfego e devido ao aumento dos investimentos dos últimos doze meses.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



EBITDA e MARGEM EBITDA

Para melhor refletir os índices de gestão da Companhia, o EBITDA apresentado na tabela abaixo é ajustado pela exclusão das provisões para manutenções futuras e para demandas judiciais e administrativas.

EBITDA (em R\$ mil)	2023*	2022*	Varição
Resultado Líquido do Período	(221.791)	(164.762)	34,61%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(113.541)	(84.298)	34,69%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	294.428	298.881	-1,49%
(+/-) Depreciação e Amortização	64.218	64.129	0,14%
EBITDA	23.314	113.950	-79,54%
(+/-) Provisão para manutenção em rodovias	150.203	61.247	145,24%
(+/-) Provisão para demandas judiciais e Adm	24.701	17.725	39,36%
(+/-) Efeito Caixa Provisão manutenção conserva especial	(75.788)	(55.607)	36,29%
EBITDA considerando efeito Cons. Especial (a)	122.430	137.315	-10,84%
Margem EBITDA Ajustado Cons. Especial	35,20%	44,93%	-9,73 p.p
(+/-) Efeito Caixa Provisão manutenção	75.788	55.607	36,29%
Receitas Operacionais (b)	347.812	305.631	13,80%
EBITDA AJUSTADO (c)	198.218	192.922	2,75%
Margem EBITDA Ajustado (c/b)	56,99%	63,12%	-6,13 p.p

*Volume acumulado período de Janeiro à Dezembro.

No ano de 2023, houve um aumento de 2,75% no EBITDA ajustado, que passou de R\$ 192.922 mil em 2022 para R\$ 198.218 mil em 2023. E a margem EBITDA ajustado teve uma queda de 6,13 p.p.

Além disso, houve um aumento de 0,14% na depreciação e amortização que passou de R\$ 64.129 mil em 2022 para R\$ 64.218 mil em 2023. Houve também uma variação de 145,24% na provisão para manutenção em rodovias por conta da revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que se iniciou no segundo trimestre de 2019.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Resultado Financeiro

O resultado financeiro no ano de 2023, comparado ao mesmo período de 2022, é composto da seguinte forma:

Resultado Financeiro (em R\$ mil)	2023*	2022*	Variação
Juros sobre Financiamentos e Debêntures	(284.599)	(274.049)	3,85%
Juros sobre Mútuo	(35.198)	(29.119)	20,88%
Outras Despesas Financeiras	(13.856)	(18.963)	-26,93%
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	(333.653)	(322.131)	3,58%
Receitas Financeiras	39.225	23.250	68,71%
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	(294.428)	(298.881)	-1,49%

*Volume acumulado período de Janeiro à Dezembro.

Nos doze meses de 2023 houve uma queda de 1,49% no resultado financeiro que passou de (R\$ 298.881) nos doze meses de 2022 para (R\$ 294.428) mil em 2023. As principais variações foram:

- ⇒ Juros sobre Mútuo: Aumento em função do maior índice de CDI.
- ⇒ Juros sobre Financiamentos e Debêntures: Redução do IPCA em 2023.
- ⇒ Outras despesas financeiras: Redução em função de menores despesas com encargos financeiros.
- ⇒ Receitas Financeiras: Aumento devido aos valores aplicados no período de 12 meses, além do aumento da taxa de CDI.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Debêntures

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, incentivadas de acordo com a lei 12.431, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000 mil.

As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM, em conformidade com a Instrução CVM 400 e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”).

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202 mil. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320 mil, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de Notas Promissórias comerciais, no montante de R\$610.210 mil, em 05 de julho de 2013, e o restante permaneceu investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures, o financiamento parcial das obras previstas no Contrato de Concessão e de Custos Operacionais.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures são remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”) e pagos semestralmente, conforme tabela abaixo:

Datas de Pagamento	Principal	Juros	Total
15/12/2013	-	45.653	45.653
15/06/2014	-	43.365	43.365
15/12/2014	-	46.517	46.517
15/06/2015	-	46.650	46.650
14/12/2015	-	50.981	50.981
14/06/2016	-	51.851	51.851
14/12/2016	-	54.109	54.109
14/06/2017	-	54.157	54.157
14/12/2017	9.283	56.871	66.154
14/06/2018	15.174	56.897	72.071
17/12/2018	35.855	56.882	92.737
17/06/2019	38.803	55.412	94.215

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Debêntures - (continuação)

Em 20 de setembro de 2019, a Companhia solicitou aos Debenturistas a deliberação dos seguintes itens:

- A. Deliberação acerca da declaração, ou não, do vencimento antecipado das Debêntures, tendo em vista o descumprimento de suas obrigações não pecuniárias atinentes ao: (i) cumprimento com as obrigações por ela assumidas, constantes das deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas em 13/12/2017, 30/04/2018, 30/05/2018, 28/06/2018, 30/07/2018, 30/08/2018, 12/11/2018, 11/12/2018, 12/02/2019, 27/03/2019, 26/04/2019, 05/06/2019, suspensão e retomada em 12/06/2019, suspensão e retomada em 14/06/2019 e 24/07/2019, suspensão e retomada em 30/07/2019; e (ii) recomponha os Saldos Mínimos Obrigatórios das Contas de Reserva, conforme estabelecido no Aditivo do Contrato de Administração de Contas;
- B. Aprovação de alteração dos quóruns estabelecidos na cláusula 7.13 da Escritura de Emissão;
- C. Apresentação de nova proposta de reestruturação, realização de análise, discussão e aprovação de tal proposta, podendo ser apresentado contraproposta pelos Debenturistas presentes.

Em resultado a essa solicitação, os Debenturistas suspenderam para o dia 04 de outubro de 2019 os itens apresentados pela Companhia.

Em 04 de outubro de 2019, os Debenturistas suspenderam para o dia 25 de outubro a deliberação dos itens apresentados na AGD do dia 20/09/2019.

Em 25 de outubro de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGDs), na qual foi suspensão para o dia 08 de novembro de 2019.

Em 08 de novembro de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGDs), na qual foram deliberados os seguintes itens:

- A. Com o não atendimento da cláusula 4.16.7 da Escritura, onde é necessário o quórum de, no mínimo, 2/3 dos presentes para não declarar o vencimento antecipado, restou declarado o vencimento antecipado das Debêntures;
 - A.1 Com o resultado do item "A", este item ficou prejudicado.
- B. Não foi aprovada a alteração dos quóruns estabelecidos na cláusula 7.13 da Escritura de Emissão considerando que, pelo disposto na Escritura, seria necessária a aprovação de 100% dos presentes, mas que somente 77,49% dos presentes votaram pela aprovação deste item;
- C. Com o resultado do item "A", este item ficou prejudicado.
- D. Não houve assuntos adicionais.

Com a declaração de vencimento antecipado, a Administração da Concessionária realizou a abertura do processo de recuperação judicial como sendo mais um passo para a reestruturação financeira, mas que não afetará no atendimento aos compromissos assumidos junto ao órgão regulador e aos serviços a serem prestados aos usuários que utilizam Corredor Leste da Marechal Rondon.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Debêntures - (continuação)

Em 08 de novembro de 2019, com a declaração de vencimento antecipado em Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGD), a Administração da Companhia deu início aos trâmites para protocolar a abertura do processo de recuperação judicial, como sendo mais um passo no processo de reestruturação financeira, sem afetar os compromissos assumidos junto ao órgão regulador e os serviços a serem prestados aos usuários que utilizam o Corredor Leste da Marechal Rondon.

Em 11 de novembro de 2019, a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05 (“Lei de Recuperação e Falências”), cujo processamento foi deferido em 13 de dezembro de 2019 pelo Juízo da 1ª Vara do Foro da Comarca de Salto do Estado de São Paulo (“Recuperação Judicial”).

Na visão da Companhia, o processo de Recuperação Judicial é a maneira mais adequada para: (a) buscar, de forma organizada, o reperfilamento de seu endividamento em melhores condições; (b) preservar a continuidade dos serviços públicos prestados pela Companhia, considerando os compromissos assumidos com a Agência de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP; (c) possibilitar a manutenção da normalidade operacional de suas atividades; e (d) preservar o valor e proteger o caixa da Companhia.

A decisão que deferiu o processamento de Recuperação Judicial determinou, entre outros, (i) a nomeação da Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. para exercer a função de administradora judicial; (ii) a suspensão de todas as ações e execuções contra a Companhia, na forma do artigo 6º da Lei de Recuperação e Falências; (iii) a necessidade de prévia deliberação acerca da essencialidade ou não de bem ou direito inserido na esfera patrimonial da Companhia para qualquer ato de excussão de bens essenciais ou pagamento fora da Recuperação Judicial, sob pena de sanção; (iv) a apresentação de plano de recuperação judicial no prazo de 60 dias; e (v) reconheceu como bem essencial os valores contidos na “Conta de Pagamentos do Projeto” durante o *stay period*.

Em 19 de dezembro de 2019, foi publicada a lista de credores apresentada pela Companhia. A partir desta publicação os credores tiveram um prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial habilitações ou divergências de créditos.

No dia 18 de março de 2020 o administrador judicial apresentou a Segunda Lista de Credores, mas devido a COVID-19 a lista só foi publicada no dia 17 de junho, tendo os prazos da recuperação judicial sido retomados a partir da publicação.

Em 27 de agosto de 2020, o Juízo de Recuperação Judicial da Companhia publicou o Edital de Convocação da Assembleia Geral de Credores, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 14 de setembro de 2020, e em segunda convocação, no dia 01 de outubro de 2020, para votação do Plano de Recuperação Judicial protocolado pela Companhia no dia 18 de março de 2020.

Em 01 de outubro de 2020, foi realizada a Assembleia Geral de Credores (“AGC”), onde foi suspensa até o dia 27 de novembro de 2020.

Em 10 de novembro de 2020, o Juízo da Recuperação Judicial da Companhia publicou decisão postergando a AGC para o dia 16 de dezembro de 2020.

Em 15 de dezembro de 2020, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão postergando a AGC para o dia 21 de janeiro de 2021.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Debêntures - (continuação)

Em 21 de janeiro de 2021, a Assembleia Geral de Credores foi suspensa, sendo sua reabertura programada para o dia 10 de março de 2021.

Em 09 de março de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão de (i) redesignação da Assembleia Geral de Credores, prevista para 21 de janeiro de 2021, para o dia 08 de junho de 2021, e (ii) prorrogação do *stay period* pelo prazo de 180 dias iniciados com o término do prazo da prorrogação anterior.

Em 02 de junho de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão de redesignação da Assembleia Geral de Credores, prevista para 08 de junho de 2021 para o dia 08 de julho de 2021.

Em 05 de julho de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão de redesignação da Assembleia Geral de Credores, prevista para 08 de julho de 2021, para o dia 23 de setembro de 2021.

Em 09 de agosto de 2021, a Companhia protocolou no Juízo da Recuperação Judicial o novo Plano de Recuperação Judicial, sendo esse novo Plano apresentado para votação na próxima Assembleia.

Em 23 de setembro de 2021, em Assembleia Geral de Credores foi aprovado o Plano de Recuperação Judicial divulgado no dia 09 de agosto.

Em 30 de setembro de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a homologação do Plano de Recuperação aprovado na Assembleia Geral de Credores.

Resultados dos Índices Financeiros em cada período:

Período	ICSD	D/E Dívida e Patrimônio Líquido
Dezembro/2013	Não medido	83,67/16,33
Junho/2014	Não medido	83,95/16,05
Dezembro/2014	Não medido	84,35/15,65
Junho/2015	7,54	84,88/15,12
Dezembro/2015	1,82	87,95/12,05
Junho/2016	1,36	89,35/10,65
Dezembro/2016	1,46	89,66/10,34
Junho/2017	1,63	90,58/9,42
Dezembro/2017	1,52	91,15/8,85
Junho/2018	1,58	93,11/6,89
Dezembro/2018	1,43	94,14/5,86
Junho/2019	1,17	96,85/3,15
Dezembro/2019	Não medido*	-

* Devido a declaração de vencimento antecipado, a Companhia não realizou os cálculos dos Índices Financeiros para o período findo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Obras e Investimentos

Recapeamentos da SP-101, SP-209, SP-300 e SP-308



Segundo ciclo de intervenção da conservação especial de pavimento das rodovias SP-101, SP-209, SP-300 e SP-308. Primeiro ciclo de intervenção da SPI-162/308 (Contorno de Piracicaba). Os serviços de reparos encontram-se em andamento. O custo incorrido até dezembro de 2023 para essas obras foi de **R\$ 207,96 milhões**.

Complexo de Botucatu



Engloba 06 itens de investimentos (Marginais da SP-209, km 19+000 ao km 21+100 N/S; Marginais da SP-300, km 248+000 ao km 252+000 L/O; e Melhoria de 02 Dispositivos km 20+300 e km 248+900), que totalizam 11,5 quilômetros. As duas Obras de Artes Especiais (OAE's) do km 20 e Contenções estão em andamento. O custo incorrido até dezembro de 2023 foi de **R\$ 21,908 milhões**.

Implantação de Passarela - km 303+600



Contempla uma estrutura metálica para travessia de pedestres no km 303+600 da Rodovia SP-300, no município de Lençóis Paulista/SP; os serviços foram iniciados em 29/05/2023 e estão em andamento. O custo incorrido até dezembro de 2023 foi de **R\$ 3,794 milhões**.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Responsabilidade Socioambiental

Café na Passarela



Esta ação tem como objetivo principal de reduzir o número de acidentes com pedestres nas rodovias, ela é realizada nos pontos com maior fluxo de pedestres com o convite para um café da manhã acompanhado de material educativo e orientações pelos funcionários da concessionária afim de incentivar e conscientizar os usuários sobre a importância do uso das passarelas e os riscos envolvidos em travessias imprudentes.

Acorda Motorista



O evento “Acorda Motorista” é focado aos caminhoneiros da rodovia. Ela é realizada no período da madrugada, justamente para alertá-los sobre os riscos de dirigir com sono. Todos os usuários recebem um material com dicas e informações para garantir uma viagem segura, como a importância da parada a cada duas horas dirigindo e a necessidade de dormir antes de uma viagem além de distribuição de kit saúde com álcool em gel e máscara.

Ação “Cavalo de aço – Abrace a vida motociclista”



Esta ação tem como objetivo abordar os motociclistas para conscientizá-los sobre os cuidados no trânsito, ressaltando sobre a importância do uso dos equipamentos de segurança. A concessionária disponibiliza gratuitamente uma inspeção nos itens de segurança das motocicletas e faz a distribuição de equipamentos como: antenas corta pipa e kit de adesivos refletivos para capacete.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Balanço Patrimonial

Ativo (em R\$ mil)	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	141.461	83.945
Contas a receber (Nota 6)	33.074	28.713
Despesas Antecipadas	1.976	1.611
Impostos a recuperar (Nota 7)	3.419	2.483
Outros ativos	3.018	6.920
	182.948	123.672
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	64.241	61.449
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	652.578	539.037
Depósitos judiciais (Nota 13.a)	58.336	55.101
Outros ativos	5.159	4.859
Imobilizado (Nota 9)	8.194	8.914
Intangível (Nota 10)	1.417.517	1.391.469
	2.206.025	2.060.829
Total do ativo	2.388.973	2.184.501

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Balanco Patrimonial

Passivo (em R\$ mil)	2023	2022
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços (Nota 11)	33.502	28.997
Debêntures (Nota 14)	2.545.117	2.244.691
Credor pela concessão	499	465
Obrigações tributárias	4.582	3.961
Obrigações trabalhistas	4.560	4.012
Provisões (Nota 13)	111.033	162.711
Outros passivos	2.093	2.045
	2.701.386	2.446.882
Não circulante		
Debêntures (Nota 14)	-	-
Provisões (Nota 13)	449.192	312.403
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	220.524	185.326
Outros passivos	418	646
	670.134	498.375
Total do passivo	3.371.520	2.945.257
Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto) - (Nota 15)		
Capital social	303.578	303.578
Prejuízos acumulados	(1.286.125)	(1.064.334)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(982.547)	(760.756)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	2.388.973	2.184.501

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Demonstrações dos Resultados

Demonstração dos Resultados (em R\$ mil)	2023	2022
Receita operacional líquida (Nota 16)	432.387	403.721
Custos dos serviços prestados (Nota 17)	(427.598)	(319.578)
Lucro bruto	4.789	84.143
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 17)	(20.144)	(16.691)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 17(i))	(25.549)	(17.631)
	(45.693)	(34.322)
Lucro (prejuízo) operacional	(40.904)	49.821
Despesas financeiras (Nota 18)	(333.653)	(322.131)
Receitas financeiras (Nota 18)	39.225	23.250
Despesas financeiras, líquidas	(294.428)	(298.881)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(335.332)	(249.060)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	113.541	84.298
Prejuízo do período	(221.791)	(164.762)
Prejuízo básico e diluído por ação - em R\$ (Nota 20)	(0,00731)	(0,00543)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa (em R\$ mil)	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(221.791)	(164.762)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(113.541)	(84.298)
Depreciação e amortização	64.218	64.129
Rendimentos de aplicações financeiras	(7.625)	(6.956)
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	-	43
Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	284.599	274.049
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	35.198	29.119
Provisões para demandas judiciais	24.701	14.916
Provisões para manutenção em rodovias	150.203	61.247
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	(14.415)	1.041
Variação monetária sobre provisão para investimentos	410	484
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	-	51
	201.957	189.063
Variação nas contas de ativo		
Contas a receber	(4.362)	(2.665)
Despesas antecipadas	(365)	(477)
Tributos a recuperar	(936)	(1.776)
Depósitos judiciais	(3.235)	(14.881)
Outros ativos	3.602	1.231
Variação nas contas de passivo		
Fornecedores e prestadores de serviços	4.505	6.017
Credor pela concessão - ônus variável	35	66
Obrigações tributárias	621	571
Obrigações trabalhistas	548	354
Provisão para manutenção — pagamento	(75.788)	(55.607)
Outros passivos	(180)	(13)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	126.402	121.883
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	-	-
Resgate de aplicações financeiras	4.834	2.889
Investimentos no ativo imobilizado	(928)	(3.147)
Investimentos no ativo intangível	(72.792)	(86.220)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimento	(68.886)	(86.478)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de principal sobre debêntures	-	-
Pagamento de prêmio sobre financiamentos e debêntures	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	-
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	57.516	35.405
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	83.945	48.540
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	141.461	83.945

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Relacionamento com o Auditor

No exercício de 2023, a Concessionária não contratou a BDO RCS Auditores Independentes (“BDO”) para a realização de outros trabalhos relacionados a *compliance*.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservem a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Notas Explicativas



2023

Divulgação de Resultados

www.rodoviasdotiete.com.br

Notas Explicativas**Relatório da Administração - 31 de Dezembro 2023**

26 de março de 2024 - A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial – “Rodovias do Tietê”, que administra 415 km de rodovias e acessos no Estado de São Paulo, divulga seus resultados do exercício de 2023.

Apresentação dos Resultados

O relatório da administração e as informações financeiras anuais da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram elaboradas de acordo com as disposições legais do CPC 26—Demonstrações Contábeis emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos, na deliberação CVM (Comissão de Valores Mobiliários) nº 676 e de acordo com a Norma Internacional IAS—Presentation of Financial Statements.

Tópicos	Índice
Sobre a Concessão	Página 3
Destaques	Página 4
Sumário Executivo	Página 5
Tráfego de veículos e Eixos equivalentes	Página 6
Tráfego por praça	Página 7
Tarifas de pedágio	Página 8
Receitas	Página 9
Custos e Despesas operacionais	Página 10
EBITDA e Margem Ebtida	Página 11
Resultado Financeiro	Página 12
Debêntures	Página 13
Obras e Investimentos	Página 17
Responsabilidade Socioambiental	Página 18
Demonstrações Financeiras	Página 19
Relacionamento com o Auditor	Página 23

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

*Diretor Administrativo, Financeiro e de
Relações com Investidores / CFO*

Tel.: (11) 4602-7900

Fax: (11) 4602-8069

E-mail: ri@rodoviasdotiete.com.br

www.rodoviasdotiete.com.br/ri

Notas Explicativas

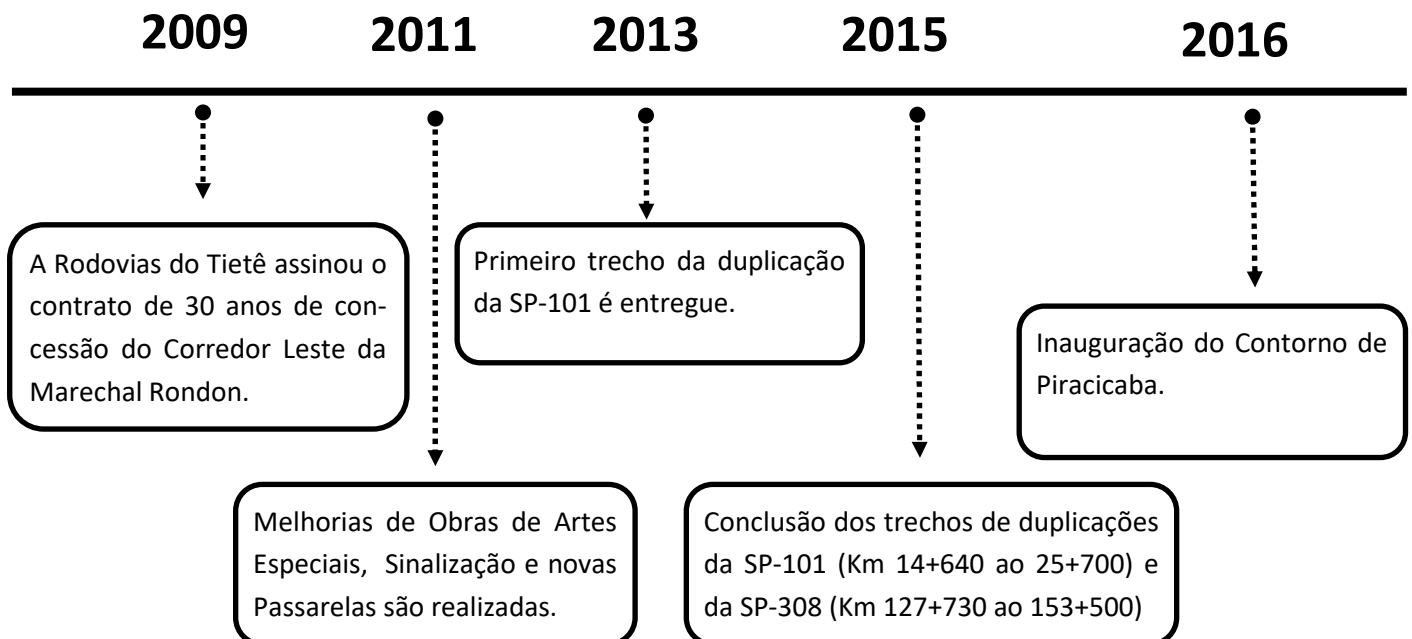


Sobre a Concessão

Em abril de 2009, a Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 2,4Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e o Contorno de Piracicaba, que contribuem com o desenvolvimento econômico da região e proporcionam mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.



Notas Explicativas



Destaques:

Receita Operacional

✓ R\$ 347,8 milhões de receita líquida.



Tráfego

✓ Aumento de 7,83% no tráfego pedagiao e aumento de 6,37% no tráfego em eixos equivalentes.



Obras

- ✓ Complexo de Botucatu
- ✓ Implantação de Passarela
- ✓ Recapeamentos das Rodovias



Notas Explicativas



Sumário Executivo

Com o ambiente externo volátil e mostrando-se menos adverso, marcado pelo arrefecimento das taxas de juros de prazos mais longos os Estados Unidos e sinais incipientes de queda de núcleos de inflação. Os bancos centrais das principais economias permanecem determinados em promover a convergência das taxas de inflação para suas metas em um ambiente marcado por pressões nos mercados de trabalho.

No âmbito doméstico, o conjunto de indicadores recentes de atividade econômica segue consistente com o cenário de desaceleração da economia. A divulgação do PIB do terceiro trimestre confirmou a moderação de crescimento que estava antecipada, mas com resiliência no consumo das famílias. O mercado de trabalho segue aquecido, mas apresenta alguma moderação na margem.

A inflação ao consumidor segue a trajetória esperada de desinflação, com destaque para a sua composição benigna. Os indicadores que agregam os componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária se aproximaram da meta para a inflação nas divulgações mais recentes. As expectativas de inflação para 2023, 2024 e 2025 apuradas pela pesquisa Focus encontram-se em torno de 4,5%, 3,9% e 3,5%, respectivamente.

Vale ressaltar também que o IBGE apurou o índice oficial de inflação do país (IPCA) em 4,62% no acumulado nos últimos 12 meses.

No exercício de 2023 houve um aumento de 7,83% no tráfego de veículos, quando comparado ao ano anterior. Já o tráfego de veículos por eixos equivalentes apresentou um crescimento de 6,37%, quando comparado ao ano anterior.

As principais obras realizadas pela Concessionária foram : Recapeamento de rodovias, Implantação de passarela e Complexo de Botucatu.

Notas Explicativas



Tráfego

No exercício de 2023 o volume de tráfego teve um aumento de 7,83% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio teve um aumento de 9,61%, enquanto comerciais leves teve um aumento de 1,81% e comerciais pesados um aumento de 4,26%.

>> Veículos

Tráfego em milhares de veículos	2023*	2022*	Variação
Passeio	21.145.299	19.291.222	9,61%
Comercial Leve	3.991.828	3.920.754	1,81%
Comercial Pesado	3.130.208	3.002.297	4,26%
Total	28.267.335	26.214.273	7,83%

*Volume acumulado do período de Janeiro à Dezembro.

No exercício de 2023 o volume de tráfego de eixos equivalentes teve um aumento 6,37% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio teve um aumento 9,72%, enquanto comerciais leves teve um aumento de 1,77% e comerciais pesados um aumento de 5,22%.

>> Eixos Equivalentes

Tráfego em milhares de veículos	2023*	2022*	Variação
Passeio	20.770.788	18.930.084	9,72%
Comercial Leve	9.562.816	9.396.856	1,77%
Comercial Pesado	18.618.495	17.694.465	5,22%
Total	48.952.099	46.021.405	6,37%

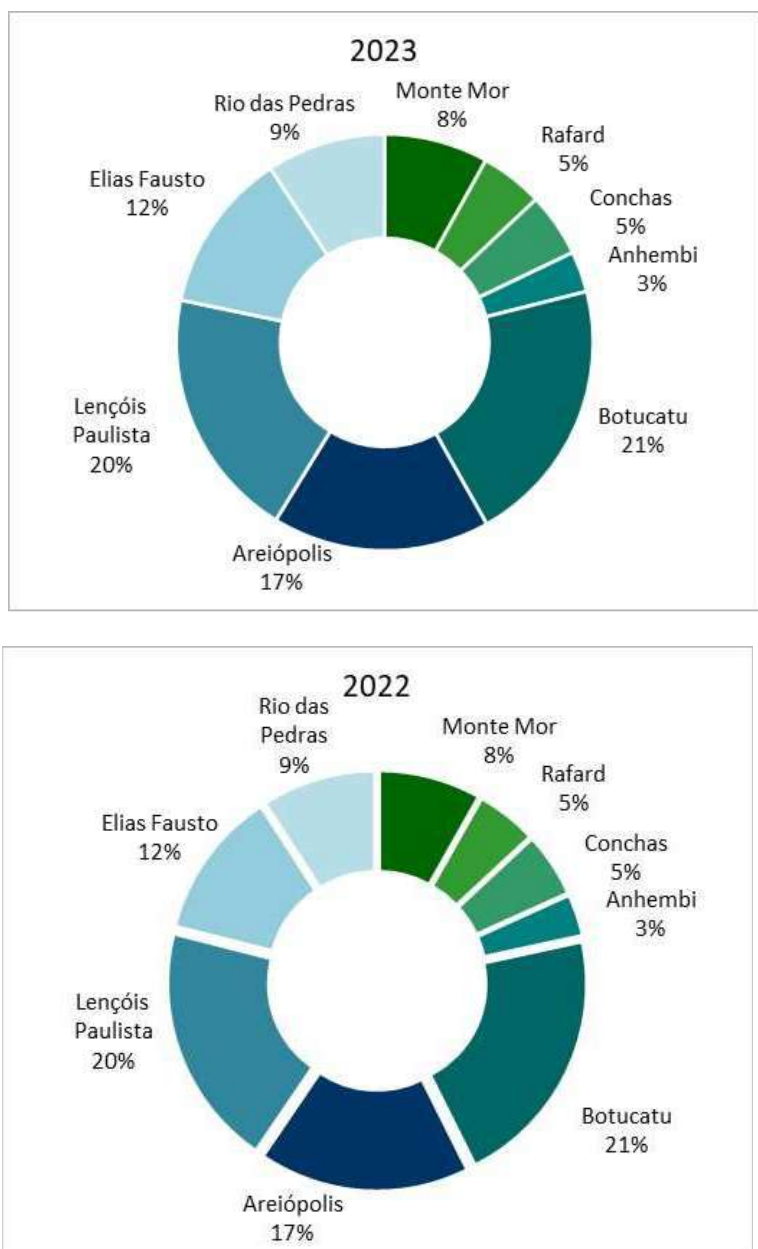
*Volume acumulado do período de Janeiro à Dezembro.



Tráfego

>> Tráfego por praça

O corredor de exportação localizado na SP-300 composto pelas praças de pedágio de Lençóis Paulista, Areiópolis e Botucatu, representa a maior parte da receita da companhia, cerca de 57% em eixos equivalentes. Já os corredores Municipal, Multisetorial e Industrial somados representam 43% da receita.



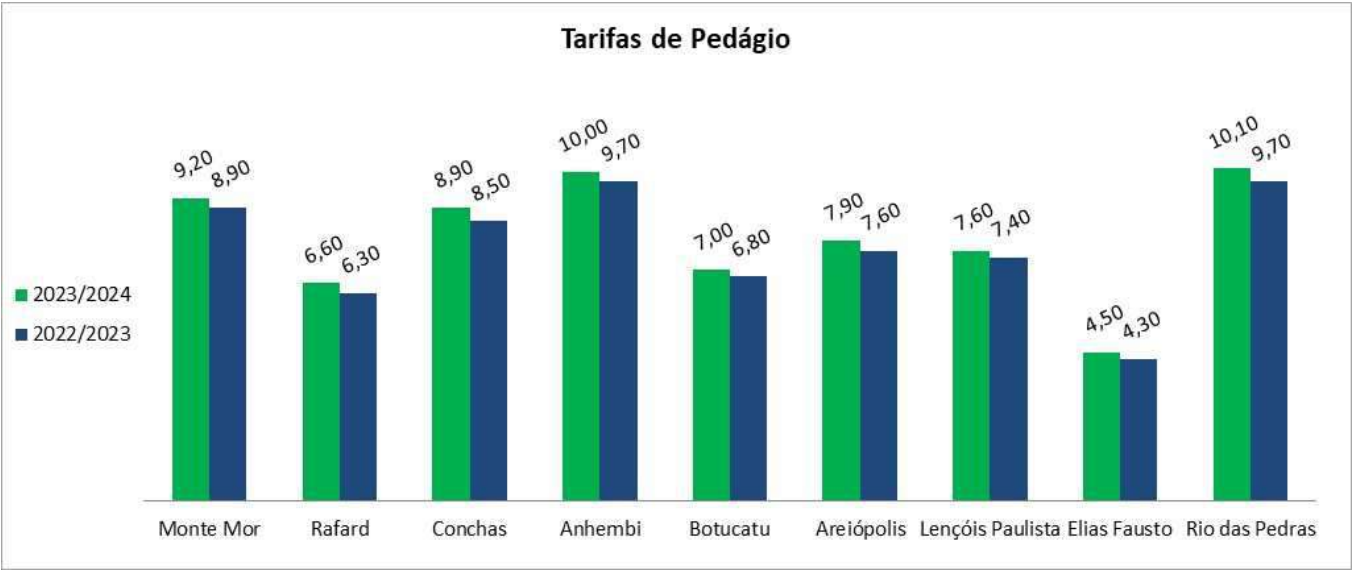


Tráfego

>> Tarifas de Pedágio

A tarifa média da Concessionária por eixo equivalente em 2023/2024 é de R\$ 7,98 contra R\$ 7,69 em 2022/2023.

Praça de pedágio	2023/2024	2022/2023
Monte Mor	9,20	8,90
Rafard	6,60	6,30
Conchas	8,90	8,50
Anhembi	10,00	9,70
Botucatu	7,00	6,80
Areiópolis	7,90	7,60
Lençóis Paulista	7,60	7,40
Elias Fausto	4,50	4,30
Rio das Pedras	10,10	9,70
Tarifa Média	7,98	7,69



Notas Explicativas



Receitas

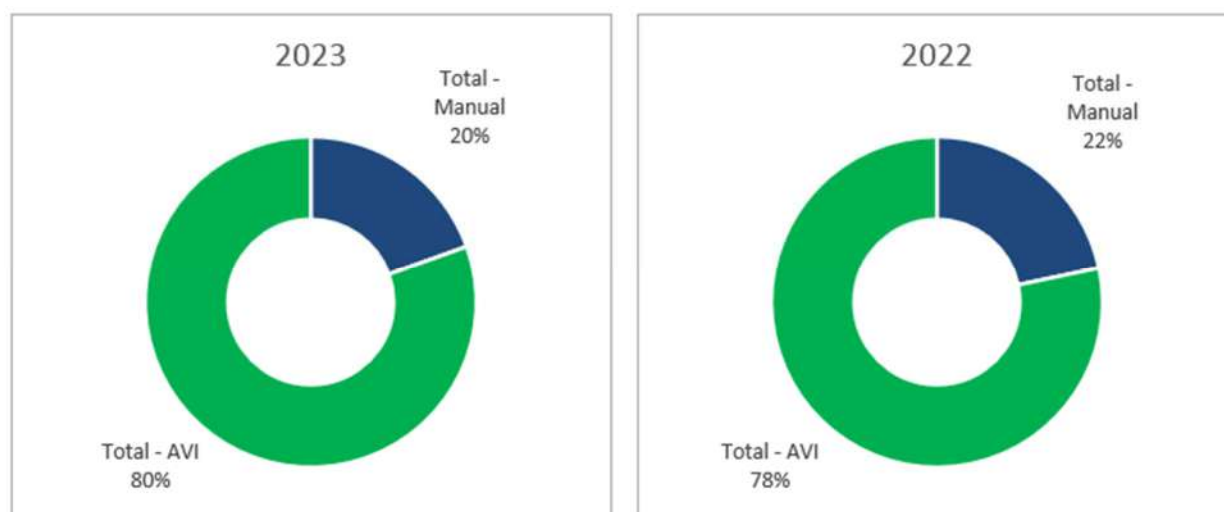
Receitas (em R\$ mil)	2023*	2022*	Variação
Receitas de Pedágio	363.793	319.321	13,93%
Receitas Acessórias	16.711	15.092	10,73%
Impostos sobre Receitas	(32.692)	(28.782)	13,58%
Receitas Operacionais	347.812	305.631	13,80%
Receitas de Construção	84.575	98.090	-13,78%
TOTAL	432.387	403.721	7,10%

*Volume acumulado período de Janeiro à Dezembro.

A Concessionária obteve no exercício de 2023, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 363.793 mil (R\$ 319.321 mil em 2022) e arrecadou R\$ 16.711 mil (R\$ 15.092 mil em 2022) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISSQN, PIS e COFINS totalizando R\$ 32.692 mil em 2023 (R\$ 28.782 mil em 2022).

Além disso, atendendo às Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no período em análise, R\$ 84.575 mil de receita de construção contra R\$ 98.090 mil no mesmo período de 2022 com contrapartida nos custos de construção.

>> Formas de Pagamento



*Volume acumulado período de Janeiro à Dezembro.

Notas Explicativas



Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais refletem gastos com pessoal, dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, serviços de terceiros, custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e as receitas acessórias e dispêndios com seguros e garantias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das novas práticas contábeis e que não geram efeito caixa.

Custos e Despesas Operacionais	2023*	2022*	Variação
Com Pessoal	(31.925)	(26.463)	20,64%
Honorários da Administração	(2.311)	(2.150)	7,49%
Manutenção e conservação	(87.895)	(61.249)	43,50%
Serviço de terceiros	(10.840)	(9.311)	16,42%
Ônus variável da concessão	(5.709)	(5.021)	13,70%
Seguros e Garantias	(3.166)	(2.380)	33,03%
Outras receitas e despesas	(9.145)	(7.863)	16,30%
Subtotal	(150.991)	(114.437)	31,94%
Custo de serviços de construção	(83.178)	(96.362)	-13,68%
Provisão para demandas judiciais	(24.701)	(17.725)	39,36%
Provisão para manutenção em rodovias	(150.203)	(61.247)	145,24%
Depreciação e amortização	(64.218)	(64.129)	0,14%
Total	(473.291)	(353.900)	33,74%

*Volume acumulado período de Janeiro à Dezembro.

No ano de 2023, houve um aumento de 33,74% nos custos e despesas operacionais que passaram de R\$ 353.900 mil em 2022 para R\$ 473.291 mil em 2023. As principais variações foram:

- ⇒ Manutenção e conservação: Reajuste nos contratos de prestação de serviços de conservação vegetal, guincho e pré-atendimento hospitalar;
- ⇒ Custo dos serviços de construção: Redução nas aquisições do ativo intangível;
- ⇒ Provisão para manutenção em rodovias: Revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que se iniciou no segundo trimestre de 2019;
- ⇒ Provisão para demandas judiciais: reversão de provisão de processos administrativos junto a AR-TESP; e
- ⇒ Depreciação e amortização: Aumento em função da revisão da taxa de amortização da curva de demanda de tráfego e devido ao aumento dos investimentos dos últimos doze meses.

Notas Explicativas



EBITDA e MARGEM EBITDA

Para melhor refletir os índices de gestão da Companhia, o EBITDA apresentado na tabela abaixo é ajustado pela exclusão das provisões para manutenções futuras e para demandas judiciais e administrativas.

EBITDA (em R\$ mil)	2023*	2022*	Varição
Resultado Líquido do Período	(221.791)	(164.762)	34,61%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(113.541)	(84.298)	34,69%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	294.428	298.881	-1,49%
(+/-) Depreciação e Amortização	64.218	64.129	0,14%
EBITDA	23.314	113.950	-79,54%
(+/-) Provisão para manutenção em rodovias	150.203	61.247	145,24%
(+/-) Provisão para demandas judiciais e Adm	24.701	17.725	39,36%
(+/-) Efeito Caixa Provisão manutenção conserva especial	(75.788)	(55.607)	36,29%
EBITDA considerando efeito Cons. Especial (a)	122.430	137.315	-10,84%
Margem EBITDA Ajustado Cons. Especial	35,20%	44,93%	-9,73 p.p
(+/-) Efeito Caixa Provisão manutenção	75.788	55.607	36,29%
Receitas Operacionais (b)	347.812	305.631	13,80%
EBITDA AJUSTADO (c)	198.218	192.922	2,75%
Margem EBITDA Ajustado (c/b)	56,99%	63,12%	-6,13 p.p

*Volume acumulado período de Janeiro à Dezembro.

No ano de 2023, houve um aumento de 2,75% no EBITDA ajustado, que passou de R\$ 192.922 mil em 2022 para R\$ 198.218 mil em 2023. E a margem EBITDA ajustado teve uma queda de 6,13 p.p.

Além disso, houve um aumento de 0,14% na depreciação e amortização que passou de R\$ 64.129 mil em 2022 para R\$ 64.218 mil em 2023. Houve também uma variação de 145,24% na provisão para manutenção em rodovias por conta da revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que se iniciou no segundo trimestre de 2019.

Notas Explicativas



Resultado Financeiro

O resultado financeiro no ano de 2023, comparado ao mesmo período de 2022, é composto da seguinte forma:

Resultado Financeiro (em R\$ mil)	2023*	2022*	Variação
Juros sobre Financiamentos e Debêntures	(284.599)	(274.049)	3,85%
Juros sobre Mútuo	(35.198)	(29.119)	20,88%
Outras Despesas Financeiras	(13.856)	(18.963)	-26,93%
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	(333.653)	(322.131)	3,58%
Receitas Financeiras	39.225	23.250	68,71%
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	(294.428)	(298.881)	-1,49%

*Volume acumulado período de Janeiro à Dezembro.

Nos doze meses de 2023 houve uma queda de 1,49% no resultado financeiro que passou de (R\$ 298.881) nos doze meses de 2022 para (R\$ 294.428) mil em 2023. As principais variações foram:

- ⇒ Juros sobre Mútuo: Aumento em função do maior índice de CDI.
- ⇒ Juros sobre Financiamentos e Debêntures: Redução do IPCA em 2023.
- ⇒ Outras despesas financeiras: Redução em função de menores despesas com encargos financeiros.
- ⇒ Receitas Financeiras: Aumento devido aos valores aplicados no período de 12 meses, além do aumento da taxa de CDI.

Notas Explicativas



Debêntures

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, incentivadas de acordo com a lei 12.431, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000 mil.

As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM, em conformidade com a Instrução CVM 400 e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”).

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202 mil. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320 mil, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de Notas Promissórias comerciais, no montante de R\$610.210 mil, em 05 de julho de 2013, e o restante permaneceu investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures, o financiamento parcial das obras previstas no Contrato de Concessão e de Custos Operacionais.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures são remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”) e pagos semestralmente, conforme tabela abaixo:

Datas de Pagamento	Principal	Juros	Total
15/12/2013	-	45.653	45.653
15/06/2014	-	43.365	43.365
15/12/2014	-	46.517	46.517
15/06/2015	-	46.650	46.650
14/12/2015	-	50.981	50.981
14/06/2016	-	51.851	51.851
14/12/2016	-	54.109	54.109
14/06/2017	-	54.157	54.157
14/12/2017	9.283	56.871	66.154
14/06/2018	15.174	56.897	72.071
17/12/2018	35.855	56.882	92.737
17/06/2019	38.803	55.412	94.215

Notas Explicativas**Debêntures - (continuação)**

Em 20 de setembro de 2019, a Companhia solicitou aos Debenturistas a deliberação dos seguintes itens:

- A. Deliberação acerca da declaração, ou não, do vencimento antecipado das Debêntures, tendo em vista o descumprimento de suas obrigações não pecuniárias atinentes ao: (i) cumprimento com as obrigações por ela assumidas, constantes das deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas em 13/12/2017, 30/04/2018, 30/05/2018, 28/06/2018, 30/07/2018, 30/08/2018, 12/11/2018, 11/12/2018, 12/02/2019, 27/03/2019, 26/04/2019, 05/06/2019, suspensão e retomada em 12/06/2019, suspensão e retomada em 14/06/2019 e 24/07/2019, suspensão e retomada em 30/07/2019; e (ii) recomponha os Saldos Mínimos Obrigatórios das Contas de Reserva, conforme estabelecido no Aditivo do Contrato de Administração de Contas;
- B. Aprovação de alteração dos quóruns estabelecidos na cláusula 7.13 da Escritura de Emissão;
- C. Apresentação de nova proposta de reestruturação, realização de análise, discussão e aprovação de tal proposta, podendo ser apresentado contraproposta pelos Debenturistas presentes.

Em resultado a essa solicitação, os Debenturistas suspenderam para o dia 04 de outubro de 2019 os itens apresentados pela Companhia.

Em 04 de outubro de 2019, os Debenturistas suspenderam para o dia 25 de outubro a deliberação dos itens apresentados na AGD do dia 20/09/2019.

Em 25 de outubro de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGDs), na qual foi suspensão para o dia 08 de novembro de 2019.

Em 08 de novembro de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGDs), na qual foram deliberados os seguintes itens:

- A. Com o não atendimento da cláusula 4.16.7 da Escritura, onde é necessário o quórum de, no mínimo, 2/3 dos presentes para não declarar o vencimento antecipado, restou declarado o vencimento antecipado das Debêntures;
 - A.1 Com o resultado do item "A", este item ficou prejudicado.
- B. Não foi aprovada a alteração dos quóruns estabelecidos na cláusula 7.13 da Escritura de Emissão considerando que, pelo disposto na Escritura, seria necessária a aprovação de 100% dos presentes, mas que somente 77,49% dos presentes votaram pela aprovação deste item;
- C. Com o resultado do item "A", este item ficou prejudicado.
- D. Não houve assuntos adicionais.

Com a declaração de vencimento antecipado, a Administração da Concessionária realizou a abertura do processo de recuperação judicial como sendo mais um passo para a reestruturação financeira, mas que não afetará no atendimento aos compromissos assumidos junto ao órgão regulador e aos serviços a serem prestados aos usuários que utilizam Corredor Leste da Marechal Rondon.

Notas Explicativas



Debêntures - (continuação)

Em 08 de novembro de 2019, com a declaração de vencimento antecipado em Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGD), a Administração da Companhia deu início aos trâmites para protocolar a abertura do processo de recuperação judicial, como sendo mais um passo no processo de reestruturação financeira, sem afetar os compromissos assumidos junto ao órgão regulador e os serviços a serem prestados aos usuários que utilizam o Corredor Leste da Marechal Rondon.

Em 11 de novembro de 2019, a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05 (“Lei de Recuperação e Falências”), cujo processamento foi deferido em 13 de dezembro de 2019 pelo Juízo da 1ª Vara do Foro da Comarca de Salto do Estado de São Paulo (“Recuperação Judicial”).

Na visão da Companhia, o processo de Recuperação Judicial é a maneira mais adequada para: (a) buscar, de forma organizada, o reperfilamento de seu endividamento em melhores condições; (b) preservar a continuidade dos serviços públicos prestados pela Companhia, considerando os compromissos assumidos com a Agência de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP; (c) possibilitar a manutenção da normalidade operacional de suas atividades; e (d) preservar o valor e proteger o caixa da Companhia.

A decisão que deferiu o processamento de Recuperação Judicial determinou, entre outros, (i) a nomeação da Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. para exercer a função de administradora judicial; (ii) a suspensão de todas as ações e execuções contra a Companhia, na forma do artigo 6º da Lei de Recuperação e Falências; (iii) a necessidade de prévia deliberação acerca da essencialidade ou não de bem ou direito inserido na esfera patrimonial da Companhia para qualquer ato de excussão de bens essenciais ou pagamento fora da Recuperação Judicial, sob pena de sanção; (iv) a apresentação de plano de recuperação judicial no prazo de 60 dias; e (v) reconheceu como bem essencial os valores contidos na “Conta de Pagamentos do Projeto” durante o *stay period*.

Em 19 de dezembro de 2019, foi publicada a lista de credores apresentada pela Companhia. A partir desta publicação os credores tiveram um prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial habilitações ou divergências de créditos.

No dia 18 de março de 2020 o administrador judicial apresentou a Segunda Lista de Credores, mas devido a COVID-19 a lista só foi publicada no dia 17 de junho, tendo os prazos da recuperação judicial sido retomados a partir da publicação.

Em 27 de agosto de 2020, o Juízo de Recuperação Judicial da Companhia publicou o Edital de Convocação da Assembleia Geral de Credores, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 14 de setembro de 2020, e em segunda convocação, no dia 01 de outubro de 2020, para votação do Plano de Recuperação Judicial protocolado pela Companhia no dia 18 de março de 2020.

Em 01 de outubro de 2020, foi realizada a Assembleia Geral de Credores (“AGC”), onde foi suspensa até o dia 27 de novembro de 2020.

Em 10 de novembro de 2020, o Juízo da Recuperação Judicial da Companhia publicou decisão postergando a AGC para o dia 16 de dezembro de 2020.

Em 15 de dezembro de 2020, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão postergando a AGC para o dia 21 de janeiro de 2021.

Notas Explicativas



Debêntures - (continuação)

Em 21 de janeiro de 2021, a Assembleia Geral de Credores foi suspensa, sendo sua reabertura programada para o dia 10 de março de 2021.

Em 09 de março de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão de (i) redesignação da Assembleia Geral de Credores, prevista para 21 de janeiro de 2021, para o dia 08 de junho de 2021, e (ii) prorrogação do *stay period* pelo prazo de 180 dias iniciados com o término do prazo da prorrogação anterior.

Em 02 de junho de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão de redesignação da Assembleia Geral de Credores, prevista para 08 de junho de 2021 para o dia 08 de julho de 2021.

Em 05 de julho de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a decisão de redesignação da Assembleia Geral de Credores, prevista para 08 de julho de 2021, para o dia 23 de setembro de 2021.

Em 09 de agosto de 2021, a Companhia protocolou no Juízo da Recuperação Judicial o novo Plano de Recuperação Judicial, sendo esse novo Plano apresentado para votação na próxima Assembleia.

Em 23 de setembro de 2021, em Assembleia Geral de Credores foi aprovado o Plano de Recuperação Judicial divulgado no dia 09 de agosto.

Em 30 de setembro de 2021, o Juízo da Recuperação Judicial publicou a homologação do Plano de Recuperação aprovado na Assembleia Geral de Credores.

Resultados dos Índices Financeiros em cada período:

Período	ICSD	D/E Dívida e Patrimônio Líquido
Dezembro/2013	Não medido	83,67/16,33
Junho/2014	Não medido	83,95/16,05
Dezembro/2014	Não medido	84,35/15,65
Junho/2015	7,54	84,88/15,12
Dezembro/2015	1,82	87,95/12,05
Junho/2016	1,36	89,35/10,65
Dezembro/2016	1,46	89,66/10,34
Junho/2017	1,63	90,58/9,42
Dezembro/2017	1,52	91,15/8,85
Junho/2018	1,58	93,11/6,89
Dezembro/2018	1,43	94,14/5,86
Junho/2019	1,17	96,85/3,15
Dezembro/2019	Não medido*	-

* Devido a declaração de vencimento antecipado, a Companhia não realizou os cálculos dos Índices Financeiros para o período findo.

Notas Explicativas



Obras e Investimentos

Recapeamentos da SP-101, SP-209, SP-300 e SP-308



Segundo ciclo de intervenção da conservação especial de pavimento das rodovias SP-101, SP-209, SP-300 e SP-308. Primeiro ciclo de intervenção da SPI-162/308 (Contorno de Piracicaba). Os serviços de reparos encontram-se em andamento. O custo incorrido até dezembro de 2023 para essas obras foi de **R\$ 207,96 milhões**.

Complexo de Botucatu



Engloba 06 itens de investimentos (Marginais da SP-209, km 19+000 ao km 21+100 N/S; Marginais da SP-300, km 248+000 ao km 252+000 L/O; e Melhoria de 02 Dispositivos km 20+300 e km 248+900), que totalizam 11,5 quilômetros. As duas Obras de Artes Especiais (OAE's) do km 20 e Contenções estão em andamento. O custo incorrido até dezembro de 2023 foi de **R\$ 21,908 milhões**.

Implantação de Passarela - km 303+600



Contempla uma estrutura metálica para travessia de pedestres no km 303+600 da Rodovia SP-300, no município de Lençóis Paulista/SP; os serviços foram iniciados em 29/05/2023 e estão em andamento. O custo incorrido até dezembro de 2023 foi de **R\$ 3,794 milhões**.

Notas Explicativas**Responsabilidade Socioambiental****Café na Passarela**

Esta ação tem como objetivo principal de reduzir o número de acidentes com pedestres nas rodovias, ela é realizada nos pontos com maior fluxo de pedestres com o convite para um café da manhã acompanhado de material educativo e orientações pelos funcionários da concessionária afim de incentivar e conscientizar os usuários sobre a importância do uso das passarelas e os riscos envolvidos em travessias imprudentes.

Acorda Motorista

O evento “Acorda Motorista” é focado aos caminhoneiros da rodovia. Ela é realizada no período da madrugada, justamente para alertá-los sobre os riscos de dirigir com sono. Todos os usuários recebem um material com dicas e informações para garantir uma viagem segura, como a importância da parada a cada duas horas dirigindo e a necessidade de dormir antes de uma viagem além de distribuição de kit saúde com álcool em gel e máscara.

Ação “Cavalo de aço – Abrace a vida motociclista”

Esta ação tem como objetivo abordar os motociclistas para conscientizá-los sobre os cuidados no trânsito, ressaltando sobre a importância do uso dos equipamentos de segurança. A concessionária disponibiliza gratuitamente uma inspeção nos itens de segurança das motocicletas e faz a distribuição de equipamentos como: antenas corta pipa e kit de adesivos refletivos para capacete.

Notas Explicativas



Balanço Patrimonial

Ativo (em R\$ mil)	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	141.461	83.945
Contas a receber (Nota 6)	33.074	28.713
Despesas Antecipadas	1.976	1.611
Impostos a recuperar (Nota 7)	3.419	2.483
Outros ativos	3.018	6.920
	182.948	123.672
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	64.241	61.449
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	652.578	539.037
Depósitos judiciais (Nota 13.a)	58.336	55.101
Outros ativos	5.159	4.859
Imobilizado (Nota 9)	8.194	8.914
Intangível (Nota 10)	1.417.517	1.391.469
	2.206.025	2.060.829
Total do ativo	2.388.973	2.184.501

Notas Explicativas



Balanco Patrimonial

Passivo (em R\$ mil)	2023	2022
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços (Nota 11)	33.502	28.997
Debêntures (Nota 14)	2.545.117	2.244.691
Credor pela concessão	499	465
Obrigações tributárias	4.582	3.961
Obrigações trabalhistas	4.560	4.012
Provisões (Nota 13)	111.033	162.711
Outros passivos	2.093	2.045
	2.701.386	2.446.882
Não circulante		
Debêntures (Nota 14)	-	-
Provisões (Nota 13)	449.192	312.403
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	220.524	185.326
Outros passivos	418	646
	670.134	498.375
Total do passivo	3.371.520	2.945.257
Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto) - (Nota 15)		
Capital social	303.578	303.578
Prejuízos acumulados	(1.286.125)	(1.064.334)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(982.547)	(760.756)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	2.388.973	2.184.501

Notas Explicativas



Demonstrações dos Resultados

Demonstração dos Resultados (em R\$ mil)	2023	2022
Receita operacional líquida (Nota 16)	432.387	403.721
Custos dos serviços prestados (Nota 17)	(427.598)	(319.578)
Lucro bruto	4.789	84.143
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 17)	(20.144)	(16.691)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 17(i))	(25.549)	(17.631)
	(45.693)	(34.322)
Lucro (prejuízo) operacional	(40.904)	49.821
Despesas financeiras (Nota 18)	(333.653)	(322.131)
Receitas financeiras (Nota 18)	39.225	23.250
Despesas financeiras, líquidas	(294.428)	(298.881)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(335.332)	(249.060)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	113.541	84.298
Prejuízo do período	(221.791)	(164.762)
Prejuízo básico e diluído por ação - em R\$ (Nota 20)	(0,00731)	(0,00543)

Notas Explicativas



Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa (em R\$ mil)	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(221.791)	(164.762)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(113.541)	(84.298)
Depreciação e amortização	64.218	64.129
Rendimentos de aplicações financeiras	(7.625)	(6.956)
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	-	43
Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	284.599	274.049
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	35.198	29.119
Provisões para demandas judiciais	24.701	14.916
Provisões para manutenção em rodovias	150.203	61.247
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	(14.415)	1.041
Variação monetária sobre provisão para investimentos	410	484
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	-	51
	201.957	189.063
Variação nas contas de ativo		
Contas a receber	(4.362)	(2.665)
Despesas antecipadas	(365)	(477)
Tributos a recuperar	(936)	(1.776)
Depósitos judiciais	(3.235)	(14.881)
Outros ativos	3.602	1.231
Variação nas contas de passivo		
Fornecedores e prestadores de serviços	4.505	6.017
Credor pela concessão - ônus variável	35	66
Obrigações tributárias	621	571
Obrigações trabalhistas	548	354
Provisão para manutenção — pagamento	(75.788)	(55.607)
Outros passivos	(180)	(13)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	126.402	121.883
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	-	-
Resgate de aplicações financeiras	4.834	2.889
Investimentos no ativo imobilizado	(928)	(3.147)
Investimentos no ativo intangível	(72.792)	(86.220)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimento	(68.886)	(86.478)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de principal sobre debêntures	-	-
Pagamento de prêmio sobre financiamentos e debêntures	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	-
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	57.516	35.405
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	83.945	48.540
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	141.461	83.945

Notas Explicativas



Relacionamento com o Auditor

No exercício de 2023, a Concessionária não contratou a BDO RCS Auditores Independentes (“BDO”) para a realização de outros trabalhos relacionados a *compliance*.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservem a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Negativa de Opinião

Aos
Acionistas e Administradores da
Concessionária Rodovias do Tietê S.A – Em Recuperação Judicial
São Paulo - SP

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Não expressamos opinião sobre as demonstrações contábeis da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - Em Recuperação Judicial pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis

(a) Incerteza significativa sobre continuidade operacional – implementação do plano de recuperação judicial

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 14 (d) às demonstrações contábeis, em 08 de novembro de 2019, em Assembleia Geral de Debenturistas (AGD), foi declarado o vencimento antecipado das debêntures que, em 31 de dezembro de 2023, totalizam R\$ 2.545.117 mil (2022 - R\$ 2.244.691 mil), sem inclusão de multa e juros moratórios. Conforme também descrito na Nota Explicativa no 1.1 às demonstrações contábeis, com o vencimento antecipado dessas debêntures, em 11 de novembro de 2019, a Companhia protocolou pedido de recuperação judicial junto a Comarca de Salto – SP. Referido pedido de recuperação judicial foi homologado em 30 de setembro de 2021, após aprovação do correspondente plano de recuperação pelos credores. No entanto, até a data atual, não houve aprovação pela ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP") da alteração de controle acionário, conforme Notas Explicativas no 1.1 e 10, fato este necessário para a entrada em vigor do plano de recuperação judicial e início de sua efetiva implementação. O plano de recuperação judicial inclui, entre outros, a implementação do plano de negócio que contempla as alternativas para a captação de recursos necessários à operação e os fluxos de caixa previstos para os próximos anos. Adicionalmente, conforme descrito na Nota Explicativa no 23 às demonstrações contábeis, a Companhia ainda não teve a renovação de seu seguro garantia aceita pela seguradora, tampouco apresentou garantia de valor e condições equivalentes e, conforme Nota 1.1 e Nota 13, vem recebendo notificações e penalidades sobre a possibilidade de não cumprimento de algumas obrigações contratuais, estando as notificações ainda sendo discutidas no âmbito administrativo e parte das penalidades no âmbito judicial. Nos termos do Contrato de Concessão Rodoviária, e conforme descrito na Nota 1.1, caso a transferência de controle não seja aprovada pela ARTESP, não poderá ser desconsiderado o risco de o Poder Concedente poder iniciar um processo de apuramento de inadimplência que, se comprovado o processo administrativo, poderá ensejar a caducidade do contrato em decorrência da inexecução de obrigações contratuais, da deterioração das condições econômico-financeiras da Concessionária, ou da incapacidade de renovação do seguro-garantia.

(b) Redução ao valor recuperável do imobilizado e intangível

Em decorrência dos assuntos mencionados acima, a Administração da Companhia identificou evidências de perda por desvalorização de ativos, que deveriam ter sido reduzidos ao valor recuperável no ativo imobilizado e intangível, que em 31 de dezembro de 2023 apresentam saldo de R\$ 8.194 mil e R\$ 1.417.517 mil (2022 – R\$ 8.914 mil e R\$ 1.391.469 mil), respectivamente. Tais perdas por desvalorização estão baseadas em estudos preliminares e fundamentados por projeções futuras que dependem da efetiva implementação do plano de recuperação judicial, que, por sua vez, depende de aprovação pela ARTESP, anteriormente mencionada e conforme descrito nas Notas Explicativas no 9 e 10 às demonstrações contábeis. Devido às incertezas presentes, principalmente quanto ao início da efetiva implementação do plano de recuperação judicial, a Administração concluiu não estarem reunidas as condições para reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável desses ativos até o presente momento.

(c) Realização de tributos diferidos registrados no ativo

Conforme apresentado na Nota Explicativa no 8 às demonstrações contábeis, a Companhia apresenta histórico de prejuízos fiscais não utilizados e, neste momento, encontra-se em situação financeira que, para tentar se tornar viável, dentro outros aspectos, precisa da implementação do plano de recuperação judicial, que depende da prévia aprovação da ARTESP, razão pela qual, e considerando as incertezas quanto à efetivação e início de implementação do plano, a Administração concluiu não estarem reunidas as condições para reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável dos créditos fiscais até que essas incertezas sejam superadas, com a efetivação e início de implementação do plano. As normas requerem que a manutenção ou o registro de tributos diferidos apenas ocorra se for provável que o benefício fluirá para a Companhia. Nesse contexto, o saldo de créditos de tributos diferidos registrados como ativo, conforme demonstrado na Nota Explicativa no 8 às demonstrações contábeis no montante de R\$ 652.578 mil, em 31 de dezembro de 2023 (2022 - R\$ 539.037 mil), deveria ser reavaliado com possível ajuste de redução. Consequentemente, o ativo realizável a longo prazo pode encontrar-se registrado a maior, o patrimônio líquido, que está descoberto, a menor no montante de R\$ 652.578 mil (2022 – R\$ 539.037 mil), e o prejuízo do período encontrar-se a menor em R\$ 113.541 mil (2022- R\$ 84.298 mil).

Considerando a magnitude e a extensão dos possíveis efeitos dos assuntos no contexto das demonstrações contábeis, que remete a um cenário de múltiplas incertezas, as circunstâncias não nos permitem, neste momento, concluir sobre o valor dos ajustes de perda por desvalorização do imobilizado e intangível (impairment), demais estimativas de ativos e passivos e modificações de seus passivos financeiros, incluindo eventuais efeitos de multas e juros moratórios não registrados considerando o estágio de implementação do Plano de Recuperação Judicial, conforme mencionado acima, assim como, concluir que o pressuposto de continuidade e a correspondente base para a elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023 e seus impactos em anos anteriores são apropriados.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Fomos contratados também para examinar, em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IFRS. Todavia, em decorrência da relevância dos assuntos descritos na seção acima intitulada "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis", também não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião sobre essa demonstração em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Consequentemente, não expressamos opinião ou qualquer afirmação sobre elas.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações contábeis da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 26 de março de 2024.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Ricardo Vieira Rocha
Contador CRC 1 BA 026357/O-2 – S - SP

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária") sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Salto, 26 de março de 2024.

Emerson Luiz Bittar
Diretor Presidente

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho
Diretor Administrativo Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária") sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer da BDO RCS Auditores Independentes relativo às demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Salto, 26 de março de 2024.

Emerson Luiz Bittar
Diretor Presidente

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho
Diretor Administrativo Financeiro